



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
7ª REUNIÃO DE 2020 – 26/10/2020

ATA DE REUNIÃO		
Local	Data	Horário
Reunião virtual. <i>Google Meetings</i>	26/10/2020	16h30 às 19h

No dia 26 de outubro de 2020, das 16h30 às 19h, por meio do aplicativo *Google Meetings*, ocorreu a 7ª Reunião de 2020 do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho (CGTIC-JT).

Estiveram presentes os seguintes membros do referido comitê:

Nome
Fabiano de Abreu Pfeilsticker Juiz Auxiliar da Presidência do TST Coordenador Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho
Carolina da Silva Ferreira Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Fábio Portela Lopes de Almeida Assessor da Presidência do TST
Luiz Antônio Mendes Garcia Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT
Fabiano de Andrade Lima Secretário de Tecnologia da Informação do TST
Márcio Nisi Gonçalves Secretário de Tecnologia da Informação do TRT da 2ª Região

Estiveram presentes os seguintes convidados do referido comitê:

Nome
Cláudia Pereira de Souza Brandao Fernandes Coordenadora Substituta de Gestão e Governança em Tecnologia da Informação do CSJT (Convidada para a reunião)
Christiano Guimaraes de Carvalho Coordenador Técnico do Processo Judicial Eletrônico do CSJT (Convidado para a reunião)
Ana Letícia Moura Vilela Servidora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT (Convidada para a reunião)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
7ª REUNIÃO DE 2020 – 26/10/2020

Com o propósito de integrar as discussões, a Drª Carolina solicitou a participação dos servidores Cláudia Pereira de Souza Brandão Fernandes que estará à frente da CSAN e Christiano Guimarães de Carvalho, que permanece à frente da CTPJE. Após apresentar os participantes e identificar as atribuições pertinentes aos ocupantes dos postos da nova estrutura da SETIC, a Drª Carolina da Silva Ferreira, Secretária-Geral do CSJT, encaminhou a discussão dos itens da pauta:

1. Pendências de reuniões anteriores

Item:	1.1. Revisão da última ata de reunião	ID	
Situação atual: a 6ª Reunião do CGTIC, realizada em 21/9/2020 não teve Ata. Foi o primeiro dia de atuação do novo Secretário de TIC do CSJT, Luiz Antônio Mendes Garcia. Tratou-se de uma reunião de apresentação.			
Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 7.2020): Nada a deliberar.			

2. Novos itens para análise e deliberação:

Item:	2.1. Sem itens para avaliar	ID	
Situação atual: n/a			
Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 7.2020): n/a			

3. Outros assuntos:

Item:	3.1. Sugestões de TRTs para ampliação do Comitê - médio e pequeno porte.	ID	
<p>Existe hoje a representação do grande porte pela Segunda Região, na figura do Márcio Nisi, no CGTIC. A deliberação foi no sentido de ratificar a inclusão de um tribunal de médio e pequeno porte para discutirem as práticas com o CSJT. Considerando-se a base oficial da classificação de pequeno, médio e grande porte, que é o Relatório da Justiça em Números Anual (2019), o Comitê optou por sugerir como subsídio à escolha da Ministra Presidente, 2 (dois) ou 3 (três) tribunais, de forma a prestigiar os parceiros que mais têm dedicado esforços para ajudar o CSJT. De pequeno porte foi sugerido o TRT13 e de médio porte os TRTs 5 e 18. Após discussão de possíveis critérios, deliberou-se pela adoção de critérios elementares para a indicação: 1) Ranking de Tribunais com maior colaboração em Projetos em PJe e Projetos em Sistemas Administrativos (SETIC fará esse levantamento). O ranking de todos os tribunais deve estar contemplado, inclusive os de grande porte; 2) Tribunais envolvidos na diretiva do COLEPRECOR (TRTs 13, 12 e 5), como critério de desempate. De forma a aproveitar boas contribuições de tribunais não escolhidos, foi apresentada a disposição de convidar representantes para reuniões pontuais sobre temas que de fato possam afetar tribunais daquele porte. A SETIC deverá apresentar proposta de minuta do Ato do Comitê.</p>			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
7ª REUNIÃO DE 2020 – 26/10/2020

Item:	3.2. Relato da situação da contratação da videoconferência e perspectiva para TRTs que usam webex (sabemos quais são? e alcançaremos solução a partir de janeiro? Relatar porque não foi estudada contratação da solução de colaboração e qual a perspectiva para isso.	ID	
	<p>PAe: 501.525/2020</p> <p>ETP e TR prontos e aprovados pela SETIC; passou pela SG e foi aprovado pela Presidência o prosseguimento para contratação; está na área administrativa para providências</p> <p>A expectativa, a depender do trâmite administrativo e jurídico, é ter licitação ainda em novembro</p> <p>3.2.1. Sobre o item "solução de colaboração e qual a perspectiva para isso" - Natacha, integrante da equipe da videoconferência, levou essa possível demanda para o grupo, originada em reunião dos Diretores de TIC da JT. Estou anexando a ata da reunião ocorrida (item 2.1 do documento 20200923 - epcVideoconferência - Ata de reunião)</p>		
<p>3.2. Andamento atual do PAe 501-525/2020 é a SEA, para fazer pesquisa de preço. Em 31/12/2020 expira a vigência do Webex. A mencionada data é portanto o limite de prazo para o deslinde de nova contratação. Há algumas alternativas possíveis: 1) Contato com a CISCO para tentar um acordo para a prorrogação de 30 dias para a Justiça do Trabalho; 2) Discutir os riscos com os secretários de TI dos Regionais. Indispensável estar atento que não haja interrupção da solução.</p> <p>Foi ressaltado que a pesquisa da CLCON é inócua, uma vez que consta do referido processo uma pesquisa bastante consistente, realizada pela equipe que elaborou o ETP. Diante desse fato, A Secretária-Geral do CSJT encaminhará e-mail para o Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal, com o Secretário de TIC do CSJT, com vistas a agilizar o processo de contratação. Ressaltou-se a importância de um diagnóstico das ferramentas que já estão em uso nos tribunais para uma análise mais assertiva, o que não foi possível no caso em questão, pois a equipe responsável pelo planejamento e contratação não incluiu na instrução do processo, tabela informativa com dados relevantes de cada tribunal, para subsidiar a tomada de decisão, tais como: qual a solução utilizada, existência de contrato vigente, prazo de vigência, necessidades específicas. Determinou-se que para as próximas contratações, essas informações devem constar da instrução do processo. A SETIC ficará responsável por contactar os Secretários de TI dos tribunais com o objetivo de identificar aqueles que ficarão a descoberto, de forma a facilitar uma eventual conversação com a CISCO. Será definida uma data limite, a partir da qual adotar-se-á o plano de contratação emergencial conjunta.</p> <p>3.2.1) Quanto à temática unificação da solução de colaboração, foi esclarecido que é preciso analisar se é justificável tal unificação, uma vez que os processos em colaboração nos tribunais hoje são locais e isolados, não havendo ainda processos colaborativos em âmbito nacional. Por se tratar</p>			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
7ª REUNIÃO DE 2020 – 26/10/2020

de uma questão de consistência política, sugeriu-se definir um prazo para se iniciar uma discussão sobre a colaboração em nível nacional, com vistas a se dispor de um instrumento para regulamentar a colaboração que já é efetivamente praticada.

Item:	3.3. Previsão do ato para reestruturação da SETIC e demais normativos 3.3.1. Planejar alterações pontuais no ato do PJe	ID	
<p>Na fase inicial da reunião foi apresentada a nova estrutura proposta para a SETIC e a divisão de competências entre a CTPJe e a CSAN (Coordenadoria de Sistemas Administrativos Nacionais), em substituição à CGGOV, que terá o perfil de atuação alterado. Foi enfatizado que o novo modelo prestigia competências mais transversais, em colaboração horizontal, como uma forma mais racional de trabalhar. Esclareceu-se que haverá movimentação de recursos humanos visando a prover perfis e atender demandas, porém não em detrimento do que já funciona bem.</p> <p>Apresentou-se alguns informes quanto às iniciativas que estavam em andamento anteriormente. O antecessor do atual Secretário de TIC havia apresentado uma proposta de ato que detalhava em excesso as atribuições de cada unidade, porém diante da intenção de recuperar a atribuição de gerenciamento dos Sistemas Administrativos Nacionais, tal detalhamento mostra-se precoce. Paralelamente havia também uma proposta de revisão de atos de gerais de governança (Resolução n. 208/CSJT, de 27 de outubro de 2017 e Ato n. 215/CSJT.GP.SG.SETIC, de 21 de outubro de 2019).</p> <p>Foram aprovadas as propostas de: 1) apresentação, em 10/11/2020 de um Ato que especifica apenas o aspecto de estrutura da SETIC, e em janeiro, juntamente com a revisão do Regulamento Geral, apresentar o escopo de atribuições. Posteriormente deve-se ainda dispor sobre as normas que regem o negócio SETIC; 2) formação do Comitê de Gestão de TI; 3) alterações pontuais no PJe. (revisão de alguns prazos de Comitês Regionais, exigência referentes a Comitês Nacionais).</p> <p>No contexto de reestruturação proposto, a CNPJe solicitou que, quando efetivamente ocorrer o retorno presencial às atividades, o GNN possa contar com a presença de integrantes em Brasília, pois durante a prestação de serviço remota está havendo dificuldades nas homologações, pela não liberação de suas chefias locais. Entendeu-se que essa discussão deverá ser tratada em separado, pela sua complexidade.</p> <p>Pela necessidade de que as questões sobretudo normativas sigam um fluxo, foram expostas algumas dificuldades em questões procedimentais no âmbito da SETIC, que ensejaram adequações, em razão da necessidade de governança. A nova rotina está mais institucionalizada. Ficou estabelecido ainda que o fluxo de documentos para aprovação da CNPJe seja realizado através do compartilhamento pelo <i>Google Docs</i>, de forma que as alterações em minutas esteja disponível de modo mais imediato. Esclareceu-se ainda o fluxo dos atos assinados <i>ad referendum</i>, pela Ministra Presidente.</p>			

Item:	3.4. Proposta de metodologia para os acordos de cooperação técnica - expor e colher posição do Comitê	ID	
-------	---	----	--



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
7ª REUNIÃO DE 2020 – 26/10/2020

A Secretária-Geral do CSJT elencou três problemas: 1) por um lado, o excesso de ACT desnecessários entre CSJT e TRTs já que, constitucionalmente, o Conselho é o órgão central que administra os sistemas nacionalizados, por outro lado, órgãos da JT fazerem entre si acordos de cooperação sem conhecimento do Conselho — por exemplo, TST e TRT 24 no FolhaWeb; 2) TRTs e MPTs fazendo 24 acordos idênticos referentes ao MNI; e 3) projeto Garimpo firmado pelo Presidente do Conselho sem ter sido tratado pela SETIC/CSJT — o TRT conseguiu falar diretamente com o ministro, que firmou o acordo.

A Secretária-Geral propôs que o Conselho simplesmente edite atos para as tratativas entre CSJT e TRTs e trate por ACTs quando envolver outras instituições.

O juiz auxiliar da presidência informou que sempre foi contrário a esses ACTs e informou que o que vinha sendo feito em lugar deles era a utilização do JIRA para firmar o compromisso entre os órgãos da JT.

O Secretário da SETIC/CSJT mencionou que é possível utilizar termos e condições de uso, dinamicamente publicizados.

O Secretário da SETIN/TST ponderou que os ACT são utilizados como forma de burlar a Resolução 24. A Secretária-Geral do CSJT concordou.

Item:	3.5. Relato do RDC-arq	ID	
<p>A Secretária-Geral do CSJT entende que deve haver diretrizes estabelecidas pelo Conselho e pelo TST (este como protagonista) no tratamento do arquivo e memória. Assunto que ela propõe que seja mais discutido futuramente em um projeto nacional de gestão documental.</p> <p>O Secretário da SETIC/CSJT pondera que deveria até mesmo haver diretrizes do CNJ, indo além do ramo trabalhista do Judiciário.</p> <p>Determinou-se que a SETIC/CSJT fica responsável por contatar a unidade de gestão documental do Conselho para conjuntamente apresentarem um plano para o cumprimento da Resolução 324 do CNJ. Observação: um grupo de trabalho já existente (cujo nome não foi dito na reunião) também tratará do assunto a partir de janeiro, pois estará ocupado até o fim de dezembro com outro trabalho.</p> <p>Na próxima reunião do CGTIC, a SETIC deverá apresentar as perspectivas desse projeto nacional.</p>			

Item:	3.6. Verificar demandas que entraram pelos Comitês de Sistemas Administrativos e Judiciais do TST para deliberação do Comitê.	ID	
<p>Não tenho certeza se há deliberações pelo Administrativo.</p> <p>No judicial, temos. Sugiro verificar a ata e confirmar com o Fabiano Lima.</p>			
<p>Decidiu-se que os tribunais apresentem um <i>link</i> para o <i>road map</i> (com relatório executivo, para facilitar o entendimento) de cada sistema para que o CGTIC se mantenha informado do planejamento e desenvolvimento dos projetos.</p>			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
7ª REUNIÃO DE 2020 – 26/10/2020

A SETIC irá elencar tudo que está em desenvolvimento no SIGEP para priorização do comitê. Será elaborada pauta para uma reunião extraordinária do comitê sobre o SIGEP. Serão objeto de deliberação por FRAD os TAPs dos projetos SILC e SCMP. O TRT 24 providenciará o ajuste no sistema para que o patrimônio contemple, além de números, outros caracteres alfanuméricos. Não há necessidade de TAP para que se realize esse ajuste. TAP apenas para formalizar.

Item:	3.7. Relato da proposta para tratamento da LGPD (não esquecer do ofício para amanhã, no máximo)	ID	

Item:	3.8. Quadro de demandas dos TRTs nas duas frentes (administrativa e judicial/PJe) Há uma planilha no drive com os projetos do PJe e GAe. Talvez não seja a visualização ideal, mas a informação encontra-se lá. Link: https://drive.google.com/file/d/1LuNEAv1-NAAIq4RdkZHIIKkFIU9TnRTTr/view?usp=sharing	ID	

Item:	3.9. Outras decisões do Comitê	ID	
Decidiu-se que serão apresentadas informações para uma reunião extraordinária do comitê. Assim a SETIC informará, para reunião extraordinária no dia 16/11/2020, (1) a situação do NUGEP, com o interesse do TST em priorização, e (2) PJe Mídias vs. Acervo Eletrônico - repercussões de questões de armazenamento.			

4. Gestão orçamentária

Item:		ID	
n/a			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
7ª REUNIÃO DE 2020 – 26/10/2020

5. Deliberações por FRAD

5.1 Pedido do TRT 9 para remanejamento de recurso orçamentário destinado à aquisição de microcomputadores. Ofício GP 265/2020 - TRT 9ª Região		Identificador												
<p><i>“INFORMAÇÃO SINFRA N.º 4</i></p> <p><i>[...]</i></p> <p><i>O valor total em questão foi inicialmente repassado ao TRT9 por meio de crédito gerado pela Secretaria de Orçamento e Finanças do CSJT e estaria destinado à aquisição de microcomputadores por meio da Ata de Registro de Preço (ARP) 5/2019 do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT13).</i></p> <p><i>Contudo, por meio do Ofício GP 265/2020, o TRT9 informa que o integrante administrativo vinculado ao processo de contratação apresentou parecer desfavorável à formalização contratual, o que impossibilitou o prosseguimento da referida aquisição por meio da ARP do TRT13.</i></p> <p><i>Dessa forma, não tendo sido encontrada Ata de Registro de Preço similar para pleitear coparticipação, o Tribunal propõe a realocação dos recursos descentralizados conforme tabela de distribuição apresentada acima (coluna “Recursos Necessários do CSJT”).</i></p> <table><tr><th>Item</th><th>Valor Total da Aquisição</th><th>Recurso Necessários do CSJT</th></tr><tr><td>10 Tape Library LTO-8</td><td>R\$ 1.237.397,49</td><td>R\$ 1.237.397,49</td></tr><tr><td>Solução de Backup em disco</td><td>R\$ 2.061.000,00</td><td>R\$ 263.052,51</td></tr><tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>R\$ 1.500.450,00</td></tr></table> <p><i>Cabe ressaltar que a soluções de backup estão previstas no ATO Nº 71/CSJT.GP.SG.SETIC.CGGOV, que define o conjunto dos itens orçamentários obrigatórios de Tecnologia da Informação e Comunicação que devem integrar a proposta orçamentária dos Tribunais Regionais do Trabalho.</i></p> <p><i>Destarte, considerando a proposição realizada pelo referido Tribunal e o prazo para execução orçamentária, sugiro o encaminhamento do pleito ao CGTIC-JT via Fluxo Rápido de Aprovação de Demanda (FRAD) para deliberação sobre o pedido realizado.</i></p>		Item	Valor Total da Aquisição	Recurso Necessários do CSJT	10 Tape Library LTO-8	R\$ 1.237.397,49	R\$ 1.237.397,49	Solução de Backup em disco	R\$ 2.061.000,00	R\$ 263.052,51	TOTAL		R\$ 1.500.450,00	SGE-1904
Item	Valor Total da Aquisição	Recurso Necessários do CSJT												
10 Tape Library LTO-8	R\$ 1.237.397,49	R\$ 1.237.397,49												
Solução de Backup em disco	R\$ 2.061.000,00	R\$ 263.052,51												
TOTAL		R\$ 1.500.450,00												



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
7ª REUNIÃO DE 2020 – 26/10/2020

Brasília, 15 de outubro de 2020.”

A Secretária-Geral solicitou que seja instruída a proposta de aprovação por FRAD.

6. Confirmação das datas das próximas reuniões

Item:	Confirmação das próximas reuniões	ID	
-	16/11/2020 - 1ª Reunião Extraordinária CGTIC (para tratar dos itens 3.6 e 3.9)		
-	23/11/2020 - 8ª Reunião CGTIC		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
**Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho**
7ª REUNIÃO DE 2020 – 26/10/2020

A ata foi submetida aos membros do comitê, que a aprovaram.

Nome	Assinatura
Fabiano de Abreu Pfeilsticker Juiz Auxiliar da Presidência do TST Coordenador Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	
Carolina da Silva Ferreira Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	
Fábio Portela Lopes de Almeida Assessor da Presidência do TST	
Luiz Cláudio Mendes Garcia Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT	
Fabiano de Andrade Lima Secretário de Tecnologia da Informação do TST	
Marcio Nisi Gonçalves Secretário de Tecnologia da Informação do TRT da 2ª Região	

Ciente em de outubro de 2020.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente